

Vota-se hoje o mandato de Sarney

GAZETA MERCANTIL

2^a JUN 1988

por José Casado
de Brasília

A Assembléia Constituinte deve definir hoje a duração do mandato do presidente José Sarney, em sessão programada para começar às 9 horas da manhã.

Uma manobra bem-sucedida das facções políticas de esquerda impediu que o mandato fosse votado no final da noite de ontem, depois de oito horas de trabalhos em que foi aprovado o último item do capítulo sobre os direitos sociais (garantias aos povos indígenas), bem como o texto-base do grupo conservador, chamado "Centrão", para o título Disposições Transitórias, que é a última parte da redação da nova Carta.

(No final da noite o presidente José Sarney foi surpreendido com a informação, levada pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), de que, para ser aprovada, a emenda Mateus Iensen — que fixa o mandato do atual presidente em cinco anos

— precisaria ser fundida com outra. Isso porque a emenda que marca eleições presidenciais foi apresentada a um artigo das Disposições Transitórias que trata apenas da duração do mandato do atual presidente, e não de eleições.)

Para rejeitar a emenda do deputado Lysâneas Maciel (PT-RJ), que propunha um plebiscito depois da promulgação, a Constituinte votou durante cerca de vinte minutos. Normalmente o tempo gasto é de cinco minutos. Foi esta a forma que a esquerda encontrou para esgotar o prazo regulamentar da sessão, que se encerrou às 22 horas, e impedir o avanço na pauta — o item seguinte é a emenda do deputado Mateus Iensen (PFL-PR), que fixa o mandato de Sarney em cinco anos.

Criticado pela obstrução, o líder do PMDB e das facções de esquerda, senador Mário Covas (PMDB-SP), reagiu: "Obstrução é o que os governistas estão fazendo com a votação da URP,

adiando essa decisão no Congresso".

A tendência pela aprovação dos cinco anos é evidente nas pesquisas de intenção de voto realizadas pelo governo e pelas lideranças de diferentes partidos, no plenário.

Se os cinco anos forem confirmados hoje, 75 milhões de eleitores deverão ir às urnas, no próximo ano, na eleição presidencial, quando se escolherá o sucessor de Sarney, a ser empossado em 1^o de janeiro de 1990.

A última vez que isso aconteceu foi há 28 anos, no dia 3 de outubro de 1960, no pleito em que saiu vencedor Jânio da Silva Quadros, atual prefeito de São Paulo e potencial candidato à sucessão de Sarney. Há, no governo federal, assessores do presidente Sarney trabalhando precisamente com a perspectiva dessa candidatura.

Existe, também, a possibilidade de uma prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos para que a eleição municipal coincida, no ano que vem, com a presidencial. Pelo menos duas emendas com esse objetivo serão votadas nas próximas horas.

"É difícil prever um resultado, mas o sentimento que temos é de que isso poderá, realmente, acontecer, o que será um desastre", comenta o deputado Afif Domingos (PL-SP).

Ainda ontem deu-se um passo inicial para mudar, de novo, o mapa do Brasil. Pelo texto-base do "Centrão", os territórios do Amapá e de Roraima deverão ser elevados à categoria de estados, assim que for promulgada a nova Carta. Viabiliza-se, também, a criação do Estado do Tocantins, mediante plebiscito.

Esse texto, ainda, estabelece o caráter permanente e imutável da Zona Franca de Manaus; institui a estabilidade para servidores públicos que tenham pelo menos cinco anos no emprego até o dia da promulgação; e, finalmente, cria uma comissão mista do Senado e da Câmara Federal, com amplos poderes, para investigar todos os contratos da dívida externa.